

Atividades 2023



meio ambiente
assistência social
conhecimento
concurso público
finanças

ods
educação
direitos
sustentabilidade
políticas públicas

trabalho
plano diretor
parcerias
saúde
tributos

gestores públicos
município
transparência
Governamental
segurança





Relatório de Atividades | 2023

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Rua Buenos Aires, 19 – Centro
20070-021 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br



facebook.com/ibam.org



instagram.com/ibam_org



linkedin.com/company/ibam-org



youtube.com/ibam_org

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2023. Rio de Janeiro, 2024

57p.

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2023.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Claudia Pedreira do Couto Ferraz

Conselho de Administração

Edvaldo Pereira de Brito (Presidente)

Carlos Alberto Trindade

Jorge Khoury

Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva

Sergio Ferraz Magalhães

Paulo Alcântara Gomes

Conselho Fiscal

João Bernardo de Azevedo Bringuel

Paulo Reis Vieira

Roberto Guimarães Boclin

Romay Conde Garcia

Rudolf Noronha

Assembleia Geral do IBAM

Adolfo Martins de Oliveira, Antônio Batista da Silva Júnior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Carlos Alberto Trindade, Celina Maria de Souza, Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Edvaldo Pereira de Brito, Emilio Lèbre La Rovere, Fabiano Lima da Silva Carnevale, Fernando Cavalcanti Walcacer, Francisco Gaetani, Franklin Dias Coelho, Frederico José Lustosa da Cosa, Ives Gandra da Silva Martins, João Bernardo de Azevedo Bringuel, João Pessoa de Albuquerque, Jorge Khoury, José Gomes Temporão, José Henrique Paim Fernandes, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Mario Alves de Melo, Marlene Alan Fernandes, Mauro Osório, Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo Alcântara Gomes, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Magalhães Sardinha, Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira, Paulo Roberto de Mendonça Motta, Pedro Daniel Strozenberg, Pedro Wilson Leitão Filho, Roberto Guimarães Boclin, Romay Conde Garcia, Rudolf Noronha, Sergio Ferraz Magalhães, Sonia Rabello, Thiago de Oliveira, Tito Bruno Bandeira Ryff e Wagner Siqueira

Apresentação

Estamos colocando à disposição de nossos associados, clientes, parceiros, colaboradores e interessados em acompanhar a trajetória deste Instituto o Relatório de Atividades de 2023.

A leitura mostrará que a diversidade de assuntos tratados por nossas equipes técnicas é grande e aborda temas que nunca saem do pódio e que são tratados, a cada momento, com abordagem diferenciada para atender às exigências conjunturais e às transformações na sociedade.

O atendimento a consultas sobre temas variados também provoca destaque, haja vista o número de pareceres elaborados e a quantidade de consultantes, de diferentes origens.

Vale a pena mencionar o apoio permanente que o IBAM oferece aos Municípios, no sentido de aperfeiçoar a prestação de serviços a partir da preparação de concursos públicos, em todas as suas etapas. Os concursos e os processos seletivos permitem mostrar a presença do IBAM pelo país, em elevado número de Municípios de diferentes Estados, atingindo milhares de candidatos.

Questões como inclusão social, apoio ao empreendedorismo, participação de mulheres na política partidária e no ambiente gestor, combate ao racismo, conflitos relacionados a gênero e sexo, maior ingerência da população nas decisões políticas e administrativas e direitos humanos na sua concepção ampla, são objeto de projetos específicos e permeiam todos os demais trabalhos realizados pelo Instituto.

A capacitação de agentes públicos e de outros segmentos da sociedade que interagem com o setor público é um dos pilares da missão do IBAM que se volta para a formação cidadã e para a consolidação da democracia.

A questão territorial e espacial está presente no material, e os projetos voltados para a organização físico-territorial dos Municípios resultam em planos diretores e na elaboração de legislação urbanística, em Municípios de distintos portes e de diferentes características. Neste caso, cabe lembrar que a participação da sociedade é a tônica das metodologias adotadas.

O IBAM tem estado presente nas redes sociais, divulgando suas atividades e oferecendo informações, sugestões e oportunidades aos que delas participam, o que promove a interação do Instituto com seu entorno ampliado. O acesso tem sido compensatório, mostrando que as matérias despertam o interesse dos usuários.

A Revista de Administração Municipal, disponibilizada na rede a todas as Prefeituras e Câmaras, servidores, estudiosos e interessados em administração e políticas públicas, abarca temas clássicos e inovadores, apresentados por especialistas das diversas áreas.

Completamos 71 anos em 2023, e seguimos nos adaptando às mudanças tecnológicas, buscando incorporar as inovações necessárias. Conseguimos obter bons resultados técnicos e financeiros, como está demonstrado no balanço.

Este também foi um ano de mudanças intraorganizacionais, quando, no início de dezembro, ocorreu a substituição da Superintendência Geral, na figura de Paulo Timm, que permanece no Instituto com outras atribuições. Essa transição ocorreu em consonância com os objetivos traçados no Estatuto Social, os quais sempre serão respeitados, consistente e qualitativamente.

A leitura do que se segue mostrará em detalhes como foi o ano para o IBAM.

Claudia Ferraz
Superintendente Geral

Sumário

AÇÕES PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO: REDE IBAM DE MUNICÍPIOS.....	8
PARTILHANDO CONHECIMENTOS	16
RAM – Revista de Administração Municipal	18
Eventos	19
ENSINO	21
Programa de Pesquisa e Extensão: cursos, seminários, oficinas e palestras	23
Parcerias e Cooperação Técnico-Científica	25
Programas Corporativos.....	25
ASSESSORIA TÉCNICA	27
Construção da Cidadania e Ações sobre o Território.....	29
Direitos Humanos.....	39
Organização & Gestão.....	41
Gestão de ISSQN.....	47
UM OLHAR INTRAORGANIZACIONAL	49
Comunicação Organizacional	52
Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados	56



AÇÕES PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO: REDE IBAM DE MUNICÍPIOS

“Mais de 38 mil visualizações de pareceres, estudos, modelos e artigos da Revista de Administração Municipal”

Ações pelo Desenvolvimento do Município: Rede IBAM de Municípios

A atuação do Instituto como gerador, distribuidor e articulador de conhecimento sobre gestão governamental o coloca em posição destacada entre as organizações similares que atuam no país.

As ações de assessoramento técnico à distância visam ao fortalecimento e à qualificação das ações que promovam a eficiência máxima na prestação dos serviços públicos às comunidades.

A responsabilidade por tais atribuições concentra-se na Consultoria Jurídica, que elabora pareceres, estudos, artigos e modelos disponíveis para consulta no Laboratório de Administração Municipal, banco de dados hospedado no portal do IBAM na internet, além de prestar informações na modalidade de atendimento direto por telefone e de forma presencial.

A orientação ofertada por intermédio da equipe de especialistas da Consultoria Jurídica atribui ao gestor municipal maior segurança jurídica na tomada de decisões.



Os pareceres esclarecem dúvidas e orientam agentes políticos e servidores de Prefeituras, Câmaras, Autarquias e outras entidades da Administração Indireta municipal, com base na jurisprudência e na melhor doutrina; já o atendimento telefônico enfrenta questões que demandam esclarecimentos imediatos e que, quando necessário, são acompanhados de indicações de leitura de pareceres, estudos e artigos, assim como da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

O atendimento presencial aos associados ao Instituto, além de excelente oportunidade para

estreitar as relações com os gestores municipais, é uma forma de possibilitar que conheçam de perto nossa equipe e a diversidade de trabalhos realizados. Presta-se, portanto, não apenas à elucidação de dúvidas, mas, principalmente, ao exame e à construção conjunta de soluções para os problemas apresentados.

Neste ano, foram emitidos pareceres, **3.825** deles elaborados a pedido de Câmaras Municipais, por solicitação de Prefeituras e por autarquias municipais. A equipe da Consultoria Jurídica atendeu demandas telefônicas, presenciais e por videoconferência com associados e postulantes a associados.

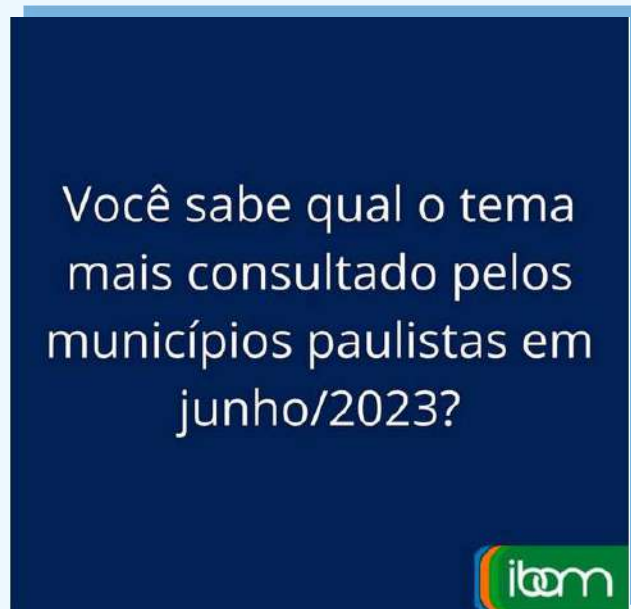
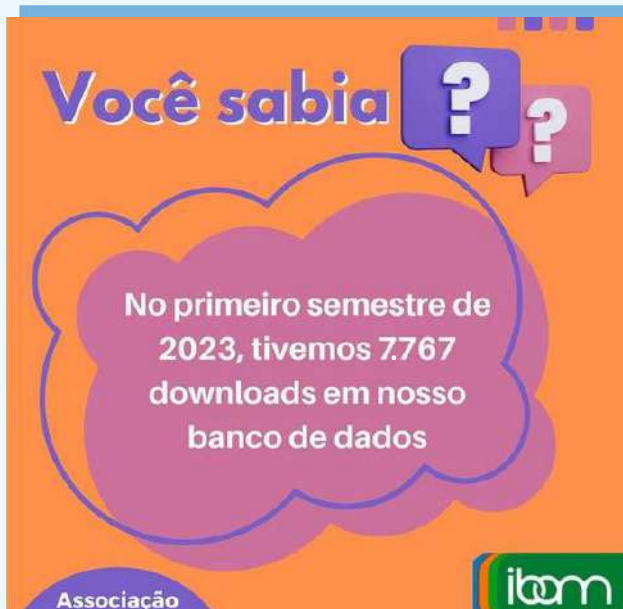
A Consultoria Jurídica, sempre ciente da responsabilidade social de seus estudos jurídicos, enfrentou temas de grande relevância, tais



como a luta dos direitos de mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas deficientes, a preservação ambiental e a nova lei de licitações e finanças públicas.

Já no âmbito da cooperação com outras áreas do IBAM e com as representações, foram elaborados diversos pareceres internos, dos mais variados temas, tais como: progressão funcional; Plano de Cargos e Carreiras do Magistério; exigência de inscrição em conselho profissional para os cargos de professor de educação física; contratação temporária por excepcional interesse público e prorrogação do contrato; concurso público: isenção do pagamento de inscrição, cotas para deficientes, negros e índios, vedação de acesso aos cargos por pessoas condenadas por crime de violência doméstica contra mulher; Guarda Municipal e reserva de vagas para mulheres; cargos efetivos e piso das categorias profissionais; atuação em campo e reuniões para discussões de temas, assim como a elaboração de recursos, contrarrazões e impugnações em sede de processos licitatórios de interesse do IBAM.

Nas redes sociais, participamos com informações relevantes acerca da associação.



Mais de 38 mil visualizações de pareceres, estudos, modelos e artigos da Revista de Administração Municipal

O Laboratório de Administração Municipal – LAM registrou mais 38.000 visualizações e *downloads* de arquivo, sendo 22.341 (58,84% do total) pareceres; 117 (0,31% do total) estudos diversos; 92 (0,24% do total) modelos; 15.453 (40,70% do total) artigos da Revista de Administração Municipal.

A seguir, são destacadas as ementas de alguns pareceres jurídicos, evidenciando os temas que despertaram mais interesse.



- Agente Político. Vereadora. Licença-maternidade. Considerações.
- Agente Político. Vereador. Afastamentos em licença para tratamento de saúde. Suplência. Comentários.
- Ato Oficial. Alteração de edital de concurso público. Projeto de lei com cláusula de retroatividade, visando a convalidar as alterações do edital. Considerações.
- Ato Oficial. Secretaria Municipal. Proibição da utilização de celulares durante o horário de expediente. Considerações.
- Autarquia, Empresa Pública, Fundações e Sociedades de Economia Mista. Emancipação e desmembramento de município. Estação de Tratamento de Água e Esgoto. Possibilidade de rescisão contratual unilateral. Considerações.
- Autarquia, Empresa Pública, Fundações e Sociedades de Economia Mista. Política tarifária e considerações ao PL de iniciativa parlamentar apresentado.
- Competência Legislativa Municipal. Prescrição administrativa. Norma municipal que repete texto idêntico à norma Estadual ou Federal. Considerações.
- Competência Legislativa Municipal. Poder de polícia no território municipal.
- Concurso Público. Comissão Organizadora. Análise da minuta do edital, cronograma, atribuições dos cargos e modelo de autodeclaração de família de baixa renda do concurso público. Considerações.
- Concurso Público. Reserva de vaga para negros. Preterição na ordem de convocação. Direito subjetivo à posse do aprovado dentro do número de vagas. Término da vigência do certame. Considerações.
- Concurso Público. Cadastro de reserva. Considerações.
- Convênios/Contratos. Aquisição de imóvel particular para uso público. Hipóteses. Necessidade de fundamentação da existência do interesse público.
- Convênios/Contratos. Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Dispõe sobre as regras para adoção de práticas e métodos sustentáveis nas obras e serviços de construção civil executados pelo município. Análise da validade. Considerações.
- Eleição. Proibição de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios em ano eleitoral, salvo quanto a programas sociais já em execução. Discussão da matéria. Entendimento da jurisprudência.

- Eleição. Lei nº 9.504/1997 com redação da pela Lei nº 14.356/2022. Gasto com publicidade institucional em ano eleitoral. Considerações.
- Finanças Municipais. Transposição, remanejamento e transferência de recursos orçamentários. Autorização legislativa prévia. Projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Omissão. Motivação política. Considerações.
- Finanças Municipais. Royalties do petróleo. Utilização.
- Finanças Municipais. Fundo Municipal do Idoso. Contribuições ao Conselho Municipal do Idoso. Instrumentos de parceria. Termo de colaboração. Termo de fomento. Repasse dos valores doados. Ordem de pagamento bancário.
- Função Fiscalizadora da Câmara Municipal. Intervenções indevidas de um em outro poder. Controle Interno. Comentários.
- Função Fiscalizadora da Câmara Municipal. Convocação de Secretário Municipal. Negativa de comparecimento à Casa Legislativa. Possíveis consequências. Comentários.
- Garantias Constitucionais. A política de acessibilidade tem estatura constitucional e é responsável por promover o direito à cidadania e à igualdade. Arcabouço jurídico protetivo. Busca pela efetividade dos direitos. Fiscalização e sanções. Considerações ao PL apresentado.
- Garantias Constitucionais. Lei Municipal que prevê a possibilidade de o poder público determinar a demolição, pelo proprietário, de prédios desabitados e em ruínas. Considerações.
- Licitação. Instalação de duas garagens na forma de toldos. Projeto Básico. Necessidade de contratar Engenheiro ou Arquiteto, caso não possua esses profissionais no quadro próprio. Obrigatoriedade de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRTs). Entendimento do TCU.
- Licitação. Princípio da moralidade administrativa e da segregação de funções.
- Microempresa. Considerações a respeito do art. 48, III da LC 123/06.
- Município Novo/Distrito. Criação de distritos. Realização de plebiscito. Norma de regência. Considerações.
- Município Novo/Distrito. Alteração de limites municipais. Considerações.
- Organização Administrativa. Requisitos de acesso aos cargos públicos. Exigência de nível superior. Considerações.
- Organização Administrativa. Secretarias. Fundos. Conselhos. Alteração da Lei de Estrutura Administrativa da Prefeitura. Regras sobre despesa com pessoal. Comentários.
- Patrimônio Municipal. Alienação, desafetação e afetação de bens imóveis públicos. Bens adquiridos por meio de desapropriação. Considerações.
- Patrimônio Municipal. Doação de imóvel de particular para o Município, com encargo de construção da sede do Poder Legislativo. Procedimentos.
- Poder Executivo. Posturas municipais. Horário de funcionamento. Interesse local. Declaração de direitos da liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019). Considerações.
- Poder Executivo. Honorários advocatícios de sucumbência. Patrimônio do Município. Considerações
- Poder Judiciário. Autocomposição de conflitos na Administração Pública. Pedido de parcelamento (CPC, art. 916). Nos termos do art. 365 do Código Civil, o credor pode

consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida. Tal possibilidade se aplica, inclusive, à Administração Pública. Dação em pagamento. Comentários.

- Poder Judiciário. Repercussão geral. Efeitos. Tema 919. Considerações.
- Poder Legislativo. Recinto da Casa Legislativa. Gravação de reunião por vereador. Divulgação em redes sociais. Comentários.
- Poder Legislativo. Cassação de mandato parlamentar. Denúncia anônima. Considerações.
- Política Urbana. Código de Obras. Projeto de Lei. Iniciativa do Executivo. Necessidade de observância do processo participativo. Alinhamento aos princípios e diretrizes do Plano Diretor.
- Política Urbana. Projeto de lei que altera quilometragem e traçado de estradas não pavimentadas no Município. Considerações.
- Previdência. Salário-maternidade. Teto. Prorrogação. Comentários.
- Previdência. Não se configura correto suspender o processo administrativo ou não concluí-lo pela simples existência de ação judicial em que ainda não foi proferida decisão de mérito ou sequer houve o deferimento de liminar para suspensão do processo administrativo. Comentários.
- Processo Legislativo. Projeto de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas. Fundo Municipal de Políticas Sobre Drogas. Considerações.
- Processo Legislativo. Lei declarada inconstitucional. Controle concentrado. Dever de publicização da Casa Legislativa. Observância à Lei Orgânica Municipal e ao Regimento Interno. Comentários.
- Projeto de lei que autoriza o Poder Público Municipal a implementar a "Urna do Desabafo" para proteção da criança e do adolescente em âmbito escolar público e privado. Iniciativa parlamentar. Análise da validade. Considerações.
- Responsabilidade Civil. Qualificação técnica e esclarecimentos.
- Responsabilidade Civil do Município (art. 37, §6º, da Constituição Federal). Direito de regresso em face do agente público causador do dano comprovado dolo ou culpa. Considerações.
- Serviços Públicos. Táxi e Aplicativos de transporte. Diferenças. Livre iniciativa. Livre concorrência.
- Serviços Públicos. Parceria com entidades beneficentes. Lei nº 13.019/2014 (MROSC). Vedação do art. 39, III. Considerações.
- Servidor Público. Recursos do FUNDEB. Pagamento de complemento/abono a profissionais da educação. Comentários.
- Servidor Público. Horas extraordinárias. Banco de horas. Considerações.
- Técnica Legislativa. Natureza do cargo em comissão de Assessor Parlamentar. Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Matéria controversa. Interpretação decorrente do Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Comentários.
- Técnica Legislativa. Natureza do cargo em comissão de Assessor Parlamentar. Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Matéria controversa. Interpretação decorrente do Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Comentários.

- Tributação. Respeito aos preceitos orçamentários, fiscais, aos princípios reitores da Administração Pública proba e ao dever geral de licitar.
- Tributação. IPTU. Pagamento indevido. Possibilidade de compensação. Erro escusável do contribuinte. Possibilidade de remissão parcial do crédito tributário. Considerações.



PARTILHANDO CONHECIMENTOS

“A RAM, em 2023, atingiu 15.453 visualizações e downloads, tendo disponibilizado, em suas edições regulares, um total de 13 artigos e 16 pareceres.”

RAM – Revista de Administração Municipal

A Revista de Administração Municipal, a qual vem sendo editada desde o início das atividades do IBAM, ainda que inicialmente tivesse sido distribuída com outra denominação, é, há oito anos, divulgada, apenas, por meio do sistema virtual, com grande aceitação por parte de seu público.

Em 2023, foram publicadas as quatro edições previstas, sendo uma delas de caráter de Edição Especial, voltada à comemoração de 60 anos do I Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963, em Quitandinha, Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Vale notar que a RAM, em sua edição nº 62, primeiro trimestre de 1964, publicou o Relatório Final do mencionado Seminário, divulgando resultados que se transformaram em marcos essenciais para os estudos de urbanismo, com ênfase nas questões habitacionais no Brasil.

Ressaltamos, também, que, em razão da importância do tema e do conteúdo da edição mencionada, houve um lançamento oficial para a comunidade profissional em evento do IAB-RJ.

Para registro, a RAM, em 2023, atingiu 15.453 visualizações e *downloads*, tendo disponibilizado, em suas edições regulares, um total de treze artigos e dezesseis Pareceres. Já na Edição Especial, foram publicados vinte textos, classificados em oito artigos, doze depoimentos, além de sete pareceres.



Eventos

O IBAM, mediante participação de integrantes de seu corpo técnico, segundo a pertinência de sua formação e de sua experiência, esteve presente em diferentes atividades, sob a forma da apresentação de temas em palestras, da coordenação de oficinas, da mediação de mesas, entre outras modalidades de difusão de informação e conhecimento.

- **OFICINA FGV MUNICÍPIOS** – participação em oficina de trabalho em Brasília sobre o Panorama dos Desafios da Gestão Municipal Brasileira, com atores envolvidos no debate sobre a gestão municipal, em abril de 2023.
- **XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (XII ENAPEGs)** – apresentação do artigo Gestão Social, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas: perspectivas para o caso de Maricá/RJ, em maio de 2023.
- **IV SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA (IV SLACTIA)** – apresentação do artigo “Gestão Social e Políticas Públicas: análise dos movimentos sociais no Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande/RJ”, em julho de 2023.
- **IV SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA (IV SLACTIA)** – moderação em sessão de trabalhos de Políticas Públicas Rurais Comparadas durante o IV Simpósio Latino-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, em julho de 2023.
- **CARAVANA FEDERATIVA/RIO DE JANEIRO** – participação em evento para atendimento a prefeitos(as), gestores(as) locais municipais como secretários(as) e técnicos, realizada no Expo Mag, em setembro de 2023.
- **SENAC RIO SUMMIT** – Participação na conferência sobre Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo realizada no Expo Mag/RJ, em setembro de 2023.
- **28º CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (28º CIAED)** – participação e coordenação da sessão de lançamento de livros, em outubro de 2023.
- **WEBINAR REALIZAÇÕES E DESAFIOS/FGV IDE** – participação na etapa que integra a programação do Encontro Nacional de Professores, em dezembro de 2023.
- **COMISSÃO DE DIREITO MUNICIPAL DA OAB/RJ E III ENCONTRO DOS PROCURADORES GERAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Município de Vassouras** – participação de profissionais da Consultoria Jurídica do Instituto.



- **PLATAFORMA MUNICIPIOS** – prossegue a colaboração entre a Fundação Getúlio Vargas e o IBAM, a partir da PLATAFORMA FGVMUNICIPIOS que reúne informações, indicadores e soluções inovadoras para apoiar a gestão dos 5.570 Municípios brasileiros. O evento de lançamento, realizado em Brasília, contou com a presença dos então Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, e do Professor e Economista José Henrique Paim Fernandes, Diretor da FGVDGPE. A Plataforma está à disposição pública, possibilitando maior transparência e integração entre as populações e os governos locais.

Além da participação dos profissionais em eventos, foi mantida a colaboração com outras entidades, em caráter permanente, e com o Instituto, mantendo-se em quatro Conselhos, sendo três em nível municipal e um em nível estadual: Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro – CMAS; Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro – CONDEPI; Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – CMDCA; e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM.

Tais presenças nos conselhos integram as atividades relacionadas à área social, sendo na qualidade de instituição de assistência social, educacional e filantrópica, sem fins lucrativos, que o IBAM participa dos diferentes conselhos mencionados e de outras atividades desenvolvidas pelo setor público. A convocação para a participação do Instituto nesses coletivos ocorre em razão de seu reconhecimento como especialista em políticas públicas.

No caso do CEDIM, duas colaboradoras do IBAM foram empossadas: a consultora Ângela Fontes, escolhida para conselheira do órgão, e a assessora Louise Storni, para a suplência.

Cabe destacar, ainda, o envolvimento do IBAM com a Política para a População Idosa. Para dar continuidade ao investimento na área das políticas para a população idosa, foi desenvolvida uma proposta de estruturação de novo ciclo de capacitações, destinadas a pessoas interessadas em trabalhar como cuidadores de idosos e a gestores de Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. Tais propostas foram elaboradas a partir da contínua articulação com servidores da Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida – SEMESQV e membros do COMDEPI-Rio, fazendo com que estivessem alinhadas com as estratégias propostas. Essa participação se deu, também, nas assembleias mensais do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro (COMDEPI-Rio), apresentando os resultados das capacitações oferecidas.

Vale ressaltar que o objetivo das capacitações foi dar transparência ao processo de formação implementado pelo IBAM, utilizado para a seleção de profissionais para integrar o Projeto CASA, do governo municipal do Rio de Janeiro.



ENSINO

“Cursos realizados por demanda dos municípios confirmam a pertinência da combinação de formatos e técnicas de ensino.”

Ensino

O IBAM desenvolve diferentes atividades voltadas para a educação e a capacitação no campo da gestão pública. Para tanto, duas unidades cumprem essa função, sendo a mais antiga delas a Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, e a mais recente, a Faculdade IBAM, registrada no Ministério da Educação – MEC, na qualidade de instituição de Ensino Superior – IES. Ambas as instituições desenvolvem cursos, treinamentos, assessoria e trabalhos no campo educacional.

Um dos diferenciais dos cursos oferecidos pelas unidades educacionais do IBAM está no quadro de docentes, formado por mestres e doutores que, além de trajetória acadêmica, reúnem experiência prática nas disciplinas em que atuam. Desta forma, ao compromisso de uma formação teórica consistente, soma-se a capacidade, por parte dos docentes, de enriquecer as aulas com casos concretos adquiridos nas práticas profissionais.

A equipe do IBAM empreendeu grande esforço no que concerne à atualização de conteúdos, à matriz curricular e às estratégias pedagógicas. Tal atualização é produto de uma preocupação contínua em acompanhar as novas tecnologias, os métodos e os conteúdos produzidos nos diferentes campos do conhecimento.

Este ano, o IBAM investiu na estruturação de um setor voltado à profissionalização de gestores que atuam no Município, com a proposição de um novo programa de aperfeiçoamento para o mundo do trabalho, identificado pela denominação IBAM Gestão Pública – IGP.

O IBAM Gestão Pública é um investimento que, em pouco tempo, se tornará realidade, cujo objetivo é atender a novas demandas por formação no campo da oferta de conteúdos para profissionais que atuam no setor público e à produção de soluções para governos locais. É importante apontar que o ano de 2023 marcou o começo desta empreitada, no campo específico da pós-graduação, cujo curso de pós-graduação em Gestão Territorial e Urbana, primeira oferta do programa IGP, surge para cumprir esse papel de formação. Para se tornar realidade, sua estruturação exigiu a elaboração do Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI e do Projeto Pedagógico de Curso – PPC, elementos essenciais para a estruturação da modelagem do curso, relação com a instituição e metodologia de ensino da proposta.

Novos temas de atuação foram oferecidos para o público dos cursos oferecidos pelo IBAM, não apenas autoinstrucionais, mas também os presenciais e híbridos.

Temas como gestão territorial, apoio à organização de conselhos, formação de conselheiros para os direitos de crianças e adolescentes e de guardas municipais orientaram a elaboração de projetos para levar aos Municípios serviços de excelência, com vistas ao aumento da capacidade de realizar ações de forma participativa e inclusiva.

Programa de Pesquisa e Extensão: cursos, seminários, oficinas e palestras

A tradição do IBAM na geração e na disseminação de conhecimento foi um dos alicerces para as ações do Programa de Pesquisa e Extensão, o qual realiza cursos, oficinas e seminários para público variado.

Os cursos realizados de forma descentralizada por demanda dos Municípios confirmam a preferência pela modalidade presencial, mas a combinação de formatos e técnicas de ensino segue em processo de ampliação em cursos já realizados de forma semipresencial ou com auxílio de ambientes virtuais de aprendizagem.

Os temas tratados nas ações de pesquisa e extensão aprofundam e/ou ampliam assuntos de interesse da Administração Pública. Os temas concentram-se nos eixos temáticos indicados a seguir.

- Direito, Administração, Gestão e Técnicas de Governo.
- Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade.
- Finanças Públicas.
- Políticas Públicas Setoriais.

Os cursos a distância foram oferecidos em dois formatos: *on-line* e autoinstrucional. No formato *on-line*, são organizadas turmas nas quais os alunos participam de aulas em tempo real (síncronas), conduzidas pelo professor no ambiente virtual de aprendizagem. Os cursos autoinstrucionais são voltados ao estudo autônomo e permanecem abertos ao público em geral, permitindo que as inscrições e a participação de interessados ocorram a qualquer tempo. Nesta modalidade, os alunos contam com o apoio da equipe de suporte técnico da Faculdade. O Quadro I apresenta os cursos que foram produzidos e que estão disponíveis para realização

Quadro 1 – Cursos Oferecidos em 2023

Tema	Carga horária
Análise de Risco e Tomada de Decisão	30
Avaliação e Gestão do Desempenho	20
<i>Business Analytics</i> aplicado à Administração Pública	30
Cidades Inteligentes	18
Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico	30
Elaboração e análise de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público	20
Elaboração do Plano de Contas aplicado ao setor público	20
Fiscalização Tributária Municipal	20
Gestão de Ativos Imobilizados de Bens Móveis	20
Gestão de Ativos Imobilizados de Bens Imóveis	20
Gestão de Pessoas	30
Gestão do Sistema de Iluminação Pública	40
Gestão e Governança em Projetos Públicos	30
Gestão Tributária Municipal	20
Licitações e Contratos Administrativos	30
Método para Análise e Solução de Problemas – MASP	30
Modelagem de Cargos, Gestão de Carreiras e Remuneração	20
O Vereador e a Câmara Municipal	30
Olhar de Gênero e Étnico-racial no orçamento público	30
Organização do Governo Municipal	30

Tema	Carga horária
Planejamento e Gerenciamento de Projetos	30
Políticas Públicas e Governo Local	30
Processo e Técnica Legislativa	20
Procedimentos Contábeis Orçamentários – teoria e prática	20
Sistema de Informações Geográficas para Governo Local	14

Parcerias e Cooperação Técnico-Científica

A parceria técnica e científica com o Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI oferece, desde 2012, cursos de pós-graduação a distância. Ao IBAM, cabe, nos cursos oferecidos, a produção/atualização de conteúdo, assim como a divulgação em suas redes de interlocução com os Municípios. O número de participantes nos cursos realizados em parceria com a UNIASSELVI pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Cooperação Técnico-Científica com a UNIASSELVI – 2023

Cursos	Participantes
MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais	146
MBA em Gestão Pública	352
MBA em Finanças e Política Fiscal	19
Especialização em Políticas e Gestão de Serviço Social	54
Total Geral	571

Programas Corporativos

Capacitação para Servidores do Município de Maricá/RJ

Em 2023, o contrato celebrado com a Prefeitura de Maricá/RJ seguiu com a realização de cursos presenciais para os servidores e demais atores indicados pela Administração Municipal. Os cursos são coordenados pela Escola Municipal de Administração – EMAR, que se responsabiliza pela seleção e indicação dos servidores e por ações de apoio à execução na sede da Escola. Os cursos realizados e o total de participantes são indicados no quadro a seguir.

Quadro 3 – Cursos realizados em 2023

Curso	Número de Turmas	Número de Participantes
Planejamento e Gerenciamento de Projetos	1	43
Licitações e Contratos Administrativos	2	68
Processo e Técnica Legislativa	1	20
Sistemas de Informações Geográficas para Governo Local	1	34
ArcGis Avançado	1	16
Gestão Cultural: captação e gestão de incentivos	1	15
Licitações e Contratos de acordo com a Lei nº 14.133/2021	2	53
Total	9	249

Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos em Búzios/RJ

Foi realizado, no período de 6 a 9 de março, o curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos para a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Armação dos Búzios. O curso, destinado aos servidores da Casa Legislativa, aconteceu em quatro encontros e contou com a participação de vinte servidores.

A metodologia de ensino foi presencial, com abordagem teórico-prática. O professor fez uso de metodologias ativas, as quais visaram não apenas à transmissão de conhecimentos, mas a facilitar o desenvolvimento de habilidades e de atitudes adequadas ao desempenho eficiente e eficaz de servidores públicos.

O curso foi bem avaliado pelos servidores, os quais destacaram a importância do tema e sua qualidade.

Curso sobre Processo e Técnica Legislativa em Quissamã/RJ

No período de 21 a 23 de novembro, foi realizado o curso Processo e Técnica Legislativa para servidores da Câmara Municipal de Quissamã. O curso fez parte da estratégia do legislativo municipal para capacitação de servidores. O conteúdo abordou as etapas do processo legislativo e teve como objetivo esclarecer dúvidas e analisar o processo de elaboração dos atos legislativos, analisando fundamentos da estrutura governamental brasileira. O curso contou com a participação de vinte e sete servidores e teve carga horária de 21 horas/aula.

A metodologia de ensino ocorreu na modalidade presencial, com abordagem teórico-prática. O professor fez uso de metodologias ativas, as quais visaram não apenas à transmissão de conhecimentos, mas a facilitar o desenvolvimento de habilidades e de atitudes adequadas ao desempenho eficiente e eficaz de servidores públicos.



ASSESSORIA TÉCNICA

***“Cabe ao IBAM prestar assessoria
aos trabalhos de análise das
propostas de alteração da legislação
urbanística.”***

Construção da Cidadania e Ações sobre o Território

As atividades de assistência técnica direcionadas às questões urbanas são realizadas pela área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – DUMA e envolvem Planos Diretores e legislação urbanística, entre outros temas correlatos. Foram realizados os projetos apresentados a seguir.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Assessoramento à Comissão Especial do Plano Diretor

Em novembro de 2023, o IBAM concluiu a assessoria técnica prestada à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro – CMRJ no processo de tramitação do projeto de lei de revisão do Plano Diretor da Cidade. O trabalho teve início em março de 2022 e foi desenvolvido em permanente interlocução com a equipe de assessoria legislativa da CMRJ e com a Comissão Especial do Plano Diretor.

A proposta de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro foi encaminhada à CMRJ, ainda em 2021, pelo Prefeito Municipal, passando a constituir o Projeto de Lei Complementar nº 44/2021. Considerando a alta complexidade do projeto de lei, tanto do ponto de vista técnico propriamente como de sua relevância social, a CMRJ decidiu pela realização de amplo processo de discussão com a sociedade, buscando suporte técnico do IBAM para tal empreitada. Além do conteúdo próprio do Plano Diretor, o PLC-44/2021 englobava também a revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade do Rio de Janeiro, bem como o tratamento dado aos instrumentos da política urbana.

Coube ao IBAM prestar assessoria aos trabalhos da Comissão do Plano Diretor na análise das propostas de alteração da legislação urbanística vigente e no trato de temas de alta complexidade, tais como: meio ambiente e sustentabilidade; gestão de riscos e adaptação às emergências climáticas; saneamento básico; infraestrutura e manutenção; arquitetura e habitação; regularização urbanística e fundiária; paisagem; cultura; desenvolvimento econômico; e mobilidade urbana e transportes.

O processo de trabalho foi planejado para ser realizado em até um ano. Contudo, após a realização de 25 audiências públicas pela CMRJ, em novembro de 2023, o Poder Executivo protocolou 215 emendas ao PLC 44/2021, o que exigiu a extensão do prazo e dos serviços contratados ao IBAM. Dessa forma, a assessoria do IBAM se desenvolveu em três grandes fases.

- Fase 1: Análises técnicas e discussão pública do PLC.
- Fase 2: Análises técnicas e discussão pública das emendas do Poder Executivo.
- Fase 3: Sistematização de propostas e emendas.

Ao todo, foram realizadas 34 audiências públicas, tendo a equipe do IBAM participado de todas elas, com apresentações sobre o assunto objeto do evento, da seguinte forma:

- 26 audiências públicas na 1ª Fase, sendo oito audiências temáticas, 17 audiências territoriais, cobrindo todas as Regiões de Planejamento do Rio de Janeiro, e um audiência de balanço das audiências territoriais;
- oito audiências públicas na 2ª fase, sendo três audiências temáticas e cinco audiências territoriais, cobrindo as cinco Áreas de Planejamento do Rio de Janeiro.



Fonte: Comunicação/Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Durante o processo, foram disponibilizados recursos de interação com a sociedade civil por meio de enquete e canal virtual para recebimentos de contribuições. Responderam à enquete 923 pessoas e a sistematização dos resultados buscou identificar percepções sobre temas ligadas ao Plano Diretor, de modo a apoiar os vereadores na análise do Projeto de Lei e na formulação de emendas. Pelos canais de comunicação, foram recebidas 127 contribuições, sendo 74 individuais e 53 institucionais, com propostas sobre os mais diversos temas abordados no Projeto de Lei.

Após o período de interlocução com a sociedade, por meio das audiências públicas e demais canais de comunicação e das diversas reuniões da Comissão Especial do Plano Diretor, os vereadores apresentaram 1.236 emendas ao Projeto de Lei. Todas as emendas foram analisadas pela equipe do IBAM, que fez considerações técnicas/jurídicas julgadas pertinentes, de modo a subsidiar a avaliação e a deliberação da Comissão e do conjunto de Vereadores na votação final do Projeto de Lei.

Rede Bio.Urbana

A Rede Bio.Urbana é constituída por centros/grupos de pesquisa dedicados ao estudo da biodiversidade urbana, considerando suas relações com o tecido urbano e social nas cidades. Com as atividades da Rede Bio.Urbana, pretende-se produzir contribuições interdisciplinares em Paisagismo, Urbanismo, Biologia e Direito, a partir das interrelações entre processos de transformação da paisagem e biodiversidade urbana.

A biodiversidade urbana, que diz respeito à riqueza e à variedade dos seres vivos associadas aos espaços urbanos, é fundamental para a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais para a sobrevivência e bem-estar dos seres humanos nas cidades. No entanto, processos de urbanização e alterações de usos do solo representam desafios à sua manutenção. A articulação em rede pretendida pelos centros/grupos de pesquisa nesta iniciativa pretende potencializar trocas entre pesquisadores e ampliar o alcance de estudos sobre possibilidades de inserção e expansão da biodiversidade urbana nas cidades brasileiras.

A compreensão da biodiversidade urbana como uma questão central para as cidades e como uma das dimensões do planejamento urbano está relacionada, também, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030, em especial, o ODS 15 – Vida Terrestre, que estabelece indicadores para “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

Sob a coordenação do PROURB/UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ, a Rede Bio.Urbana está em atividade desde o início de 2023. Além do IBAM, integram também essa rede: IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro; IJBRJ – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro; ENBT – Escola Nacional de Botânica Tropical; UFG – Universidade Federal de Goiás; UFT – Universidade Federal de Tocantins; UNIFAP – Universidade Federal do Amapá.

A Rede Bio.Urbana contou com apoio financeiro do CNPq para o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Projeto da paisagem: estratégias para ampliação e manutenção da biodiversidade urbana”, em andamento. Ao longo de 2023, foram realizados diversos seminários internos, com pesquisadores dos diferentes grupos/centros de pesquisa, apresentando resultados de pesquisas concluídas ou em andamento, bem como aprofundando o debate teórico sobre a noção de biodiversidade urbana. O IBAM é representado na Rede Bio.Urbana pelo arquiteto Henrique Barandier, que apresentou, em agosto de 2023, o trabalho “A cidade com a floresta e as águas: desafios, reflexões e propostas na experiência do Plano Diretor de Porto Velho”.

Município de Boa Vista/RR

Plano Diretor e Legislação Urbanística

Em fevereiro de 2023, teve início o processo de revisão do Plano Diretor e legislação urbanística de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Ao longo do ano, foram desenvolvidas as etapas de diagnóstico e propostas, ficando para 2024 a conclusão dos trabalhos, com a redação dos anteprojetos de lei e a realização da última audiência pública. A coordenação do processo está a cargo da EMHUR – Empresa Municipal de Habitação e Urbanização, juntamente com o Comitê Técnico Gestor, formado por representantes das diversas secretarias municipais, contando com o acompanhamento do Conselho Municipal da Cidade – COMCID.

Destaca-se que a legislação urbanística aprovada em 2006, base da legislação atual, também contou com assessoria técnica do IBAM na sua elaboração. Ao longo do tempo, entretanto, foi sendo significativamente alterada, descaracterizando, em grande medida, as orientações fixadas em 2006 para o desenvolvimento urbano de Boa Vista. De um lado, houve ampliação expressiva do perímetro urbano, muito além da expansão da urbanização propriamente; de outro, ampliou-se bastante o potencial construtivo da cidade, bem como foram flexibilizados excessivamente os parâmetros urbanísticos. Com o processo de revisão do Plano Diretor e da

legislação urbanística, foi possível fazer um balanço de tais mudanças, materializadas apenas parcialmente, buscando-se compreender as transformações da cidade nos últimos anos, as dinâmicas socioeconômicas no território e a centralidade da questão da sustentabilidade urbana no contexto das mudanças climáticas.

A partir de uma visão integrada das questões trabalhadas no diagnóstico, a seguir, estão algumas questões que sintetizam os grandes desafios de Boa Vista, tais como:

- o crescimento populacional ainda expressivo e as pressões por expansão da urbanização;
- as características do território, marcado pela presença de rios, igarapés e lagos, os quais devem condicionar o desenvolvimento urbano;
- as condições de mobilidade e acessibilidade;
- a consolidação da cidade como “capital da primeira infância”.

Um dos produtos do processo de trabalho foi a elaboração da carta geotécnica de riscos da área urbana em seu entorno, o que forneceu elementos novos para a redefinição de critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo. O sítio onde está localizada Boa Vista é marcado pela presença de rios, igarapés e lagos perenes ou temporários, os quais conformam condições bastante peculiares. São extensas as áreas suscetíveis a inundações e alagamentos, o que representa desafio importante para o desenvolvimento urbano. Parte significativa da cidade já se consolidou sobre tais áreas e convive com recorrentes episódios de enchentes e alagamentos. Nesse contexto, o desafio consiste, por um lado, em que não sejam agravadas situações de risco em áreas já críticas, e, por outro, a orientar acerca da não expansão da urbanização sobre áreas inadequadas.

De início, considera-se que o controle da expansão da urbanização deva ser o mais rigoroso possível, pois há restrições em todas as direções. Entretanto, não se pode desconsiderar que o padrão de casas, com arborização nos lotes, caracterizando boa parte da cidade, seja adequado às condições climáticas locais. O adensamento excessivo de lotes ou de partes da cidade também deve ser evitado. Nesse sentido, é necessário buscar o equilíbrio possível entre expansão da urbanização e padrões de adensamento. Para tanto, é importante observar, ainda, que há quantidade expressiva de terrenos vazios em Boa Vista, com potencial para absorver, ao menos em parte, as demandas decorrentes do desenvolvimento urbano e do crescimento populacional.

Outra linha de trabalho desenvolvida nesse processo de revisão do Plano Diretor de Boa Vista foi a escuta das crianças e suas cuidadoras ou cuidadores. Por meio de oficinas e enquetes dirigidas especificamente a esse público, buscou-se trazer as percepções de crianças, mães, pais ou responsáveis por crianças de até seis anos para o trabalho e para as reflexões sobre a cidade.

O olhar sobre a primeira infância vem se constituindo como foco prioritário em diversas políticas municipais de Boa Vista e como elemento de integração de políticas públicas. A consolidação da cidade como “capital da primeira infância” não se deu somente por esta ser objeto de múltiplos programas e ações, mas, também, por ser considerada uma cidade acolhedora e segura para as crianças, capaz de prover condições para que desenvolvam todas as suas potencialidades, sendo tudo isso, também, um grande desafio.

Pensar uma cidade a partir e para as crianças é, certamente, projetar uma cidade que busca enfrentar as urgências do século XXI, preparando-a, desde já, para ser um bom lugar para se

viver nas próximas décadas e séculos. Nesse sentido, dentre as contribuições que podem advir do Plano Diretor, no sentido mais geral, está a estruturação de uma visão de sustentabilidade expressa pelas diretrizes de ordenamento do território e desenvolvimento urbano, bem como pelos critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo. Em sentido mais específico, é possível, eventualmente, pensar em mecanismos para a garantia de que as intervenções no espaço urbano contribuam, sempre, de algum modo, para tornar a cidade melhor para as crianças.

Ao longo de 2023, no âmbito da revisão do Plano Diretor, foram realizadas: 25 oficinas comunitárias, sendo 20 na área urbana, 4 nos assentamentos rurais e 1 em Terra Indígena; escuta com a primeira infância (que envolveu mais de 1.600 cuidadores e mais de 200 crianças); diversas reuniões com organizações da sociedade civil e setores governamentais; e duas audiências públicas.

Tomando como base princípios do direito à cidade sustentável, do respeito à diversidade étnica, cultural e geográfica, da priorização da primeira infância, da justiça socioambiental, da função social da cidade, da função social da propriedade urbana, da função social da propriedade rural, da promoção da inclusão territorial, da promoção de soluções de cidade inteligente, da gestão democrática da cidade, a revisão do Plano Diretor e legislação urbanística de Boa Vista está em sua fase final e deverá ser concluída no primeiro semestre de 2024.



Fonte: Comunicação/Prefeitura de Boa Vista-RR

Município de Itaocara/RJ

Revisão do Plano Diretor e da Legislação Urbanística Complementar



Entre os meses de janeiro a abril de 2023, o IBAM, em conjunto com a Coordenação e a Equipe Técnica da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Itaocara, dedicou-se ao desenvolvimento das Minutas dos Anteprojetos de Lei do Plano Diretor e da Legislação Complementar – Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Código de Obras e Edificações – e, em sequência, aos

Produtos Finais dos Anteprojetos de Lei.

Com o amadurecimento sobre as grandes questões e os desafios do Município, alinhavados às diretrizes gerais, às temáticas e à concepção geral do Macrozoneamento Municipal e do Zoneamento Urbano, foi possível estruturar os escopos dos Anteprojetos de Lei e, inclusive, estabelecer os critérios e os parâmetros urbanísticos a serem adotados na legislação municipal.

Após debates e ajustes, juntamente com a Equipe Técnica da Secretaria de Planejamento Urbano, as Minutas dos Anteprojetos de Lei foram apresentadas e debatidas na terceira e última Audiência Pública com a sociedade civil local, ocorrida em janeiro de 2023, no Auditório da Prefeitura Municipal. Considerando a importância do segmento da construção civil no Município, a Coordenação da Secretaria de Planejamento Urbano realizou uma Oficina Técnica com os profissionais – arquitetos e urbanistas e engenheiros civis – para debate e coleta de sugestões para o Anteprojeto de Lei do Código de Obras e Edificações.



Terceira Audiência Pública realizada em Itaocara.

Fonte: Acervo IBAM, 2023.

Em continuidade ao diálogo estabelecido com a Câmara Municipal de Itaocara, foi realizado o segundo encontro para apresentação das Minutas dos Anteprojetos de Lei, para debate com os representantes do Legislativo.



Segundo encontro realizado na Câmara de Vereadores de Itaocara.

Fonte: Acervo IBAM, 2023.

Após realização da última Visita Técnica ao Município, os produtos foram debatidos com a Equipe Técnica de Itaocara, ajustados e consolidados na forma de Produto Final (Anteprojetos de Lei), bem como realizada a entrega da base cartográfica e a base de informações, elaboradas para garantir o processo contínuo de planejamento.

Município de Taubaté/SP

Revisão do Código de Obras e Edificações e do Código de Posturas

Em cumprimento ao trabalho iniciado em agosto de 2022, para a revisão do Código de Obras e Edificações – COE e do Código de Posturas – CP do Município de Taubaté/SP, a Equipe Técnica do IBAM, em conjunto com o corpo técnico da Prefeitura Municipal, desenvolveu, no primeiro semestre de 2023, as ações previstas no Plano de Trabalho.



Foram realizadas Oficinas Técnicas, com a Coordenação Técnica da Secretaria de Planejamento – SEPLAN e com os técnicos dos diversos setores envolvidos na aplicação dos instrumentos legais, para colher contribuições para a Etapa das Proposições Preliminares. Em sequência, ocorreram Reuniões Técnicas para debates e ajustes dos conteúdos das Minutas dos Anteprojetos de Lei do COE e do CP.

Em prosseguimento ao método participativo previsto no Plano de Trabalho, foi programada e realizada a segunda Reunião Técnica Comunitária, para apresentação e debates das Minutas dos Anteprojetos de Lei, voltada: a empreendedores e incorporadores do ramo da construção civil; representações e associações profissionais; profissionais da construção civil (arquitetos, urbanistas e engenheiros civis); Associação Comercial e Industrial de Taubaté – ACIT; e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU. Além disso, houve uma segunda reunião com a Câmara dos Vereadores, para debates dos conteúdos incorporados nos Anteprojetos de Lei do COE e do CP e encontro com a Procuradoria Geral do Município para apresentação dos trabalhos e dos instrumentos legais. Também ocorreram a segunda e a terceira Audiências Públicas, com a participação de segmentos da sociedade civil, para debate das Proposições Preliminares e das

Minutas dos Anteprojetos de Lei, sendo realizadas no Auditório do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Taubaté – UNITAU e na Câmara Municipal, respectivamente.



Segunda e terceira Audiências Públicas, realizadas em Taubaté.

Fonte: Acervo IBAM, 2023.

Ao final dos trabalhos, com a entrega dos Produtos Finais dos Anteprojetos de Lei, foram elaboradas e encaminhadas, pela Equipe do IBAM, em atendimento ao Termo de Referência, Cartilhas Informativas. Essas cartilhas foram distribuídas à população taubateana e tratam sobre as novidades dos novos Código de Obras e Edificações e Código de Posturas, traduzidas em critérios e parâmetros para as edificações e as obras, segundo padrões de desempenho eficiente aplicados na atualidade, e para o uso do espaço público no Município de Taubaté.



Cartilhas Informativas do Código de Obras e Edificações e do Código de Posturas

Fonte: Acervo IBAM, 2023.

Município de Jaru/RO

Revisão do Plano Diretor, Legislação Urbanística e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana

A partir do mês de abril de 2023, a Prefeitura de Jaru/RO está conduzindo, com assessoria técnica do IBAM, o processo de revisão do Plano Diretor e da Legislação Urbanística Complementar (Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Código de Obras e Edificações e Código de Posturas), além da elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.



O trabalho tem por finalidade a atualização dos instrumentos de desenvolvimento urbano do Município, de modo a atender obrigações legais, visando ao fortalecimento da gestão urbana e territorial em Jaru. O processo de trabalho abrange duas linhas: (1) Revisão do Plano Diretor e da Legislação Urbanística correlata; e (2) Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Cabe destacar que, no Município, há um Plano Diretor em vigência, elaborado em 2006, ou seja, já no marco do Estatuto da Cidade; as demais leis urbanísticas ordinárias (como o Código de Obras e Edificações e o Código de Posturas) são datadas de 1994, portanto, anteriores aos novos marcos da Política Urbana. Mais do que a determinação legal, a revisão de forma integrada dessas leis é importante para que haja a coerência entre as diretrizes e a aplicação de parâmetros urbanísticos, diante da realidade atual e das perspectivas de futuro para a expansão urbana.

Jaru é um Município do Estado de Rondônia, situado na Região Geográfica Imediata de Jaru, a 290 km da capital do Estado. Inserido no Bioma Amazônia, sua economia se fundamenta no binômio atividade agropecuária, sobretudo relativa à produção de rebanhos bovinos (leiteiro e de corte), e atividade industrial, assentada, principalmente, na transformação de produtos alimentícios.

Em maio, a equipe do IBAM esteve no Município para a primeira Visita Técnica, quando realizou visitas de campo no território e Oficinas Comunitárias nos Distritos de Bom Jesus, Santa Cruz da Serra, Tailândia e seu Subdistrito de Jaru-Uaru e Distrito-Sede. Nessa oportunidade, os cidadãos jaruenses puderam conhecer o Plano de Trabalho e indicar os desafios em habitação, saneamento, mobilidade, meio ambiente e melhorias dos espaços públicos. Foram realizadas, ainda, reuniões com o Grupo Técnico Municipal – GTM, constituído para acompanhar os trabalhos, as Equipes Técnicas da Prefeitura de Jaru, os Vereadores e os gestores locais: Prefeito em exercício, Secretários Municipais de Gabinete do Prefeito – SEGAP e de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico – SEMPLACIDE.





Reuniões e Oficinas Comunitárias realizadas no Distrito-Sede Jaru.

Fonte: Acervo IBAM, 2023

O trabalho em desenvolvimento segue a metodologia participativa praticada pelo IBAM, tendo contemplado, ainda, Reuniões Comunitárias nos Setores do Distrito-Sede de Jaru com a população, além de consultas públicas, por meio de enquetes *on-line*, aberta aos munícipes, para elaboração do Diagnóstico de Percepção Social e contribuições para a Etapa de Propostas. Nos meses de agosto e novembro, nas ocasiões da segunda e terceira Visitas Técnicas, ocorreram duas audiências públicas com segmentos da sociedade civil, com vistas ao debate do Diagnóstico Técnico e das Proposições Preliminares, nessa ordem. Como atividade complementar, foram realizadas observações de campo, objetivando a ampla compreensão da dinâmica urbana e a identificação de situações relativas às obras e às posturas municipais.



Primeira e segunda Audiências Públicas realizadas em Jaru.

Fonte: Acervo IBAM, 2023.

Para 2024, estão previstas a realização da terceira Audiência Pública, para debate e apresentação dos Anteprojetos de Lei, e reuniões com a Câmara dos Vereadores e a Procuradoria Geral do Município. Após a realização da última Visita Técnica ao Município, os produtos serão ajustados e consolidados na forma de Produto Final.

Direitos Humanos

Participação das Mulheres na Política Partidária

Ao longo de 2023, a participação das mulheres na política partidária foi objeto de atenção e trabalho por parte da equipe da área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto. Nesse sentido, foram realizadas algumas ações, por meio de financiamento do Ministério das Mulheres, com recursos de Emenda Parlamentar destinada ao IBAM pela Deputada Federal Benedita da Silva.

O projeto “Mulheres e Legislativo: histórias que se cruzam” analisou a evolução da presença das mulheres nas bancadas federal e estadual do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, até o pleito de 2018. Complementarmente, foi elaborado o webdocumentário “A participação feminista na Constituição Federal de 1988: vitórias e desafios”, sob a direção de Magna Domingues e Eduardo Lurnel.

Em 19 de maio de 2023, no Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, em um movimento de parceria, foram apresentados os resultados da pesquisa “As longevas na política fluminense – 1987 a 2019”.

Na mesma linha de fortalecimento da participação das mulheres no mundo da política partidária, teve início, em outubro, o terceiro momento sequencial, denominado “Mulheres e Vereança”, com o olhar voltado para os desafios envolvidos no exercício do cargo, tendo o Estado do Rio de Janeiro como objeto de estudo. O tema, abordado por meio de pesquisa documental e de campo, tem como marco as eleições municipais no período de 1988 até 2022, e o objetivo de reconhecer os desafios postos às candidaturas femininas nos municípios fluminenses

Na mesma época, outro eixo do projeto foi iniciado, concernente ao programa de Mentoria Política, voltado, prioritariamente, para o Estado do Rio de Janeiro. Este eixo visa a contribuir para o fortalecimento da carreira política de mulheres que desejam se candidatar ao cargo de vereadoras nas eleições de 2024, constando de atividades como *webinários* e mentorias, totalmente gratuitas e a distância.

Apoio às ações de empreendedorismo

No dia 27 de dezembro de 2023, foram assinados dois termos de colaboração entre o IBAM e a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, dentro da temática do empreendedorismo.

O primeiro projeto tem como objetivo a implantação de até quarenta Centros de Atendimento ao Empreendedor, no Estado do Rio de Janeiro, os quais ofertarão, gratuitamente, um conjunto de serviços e orientações contábeis para empreendedores hipossuficientes e Microempreendedores Individuais – MEI, tais como: formalização de distrato e baixa formal de empresas inativas, orientação sobre registro empresarial, assistência técnica para empreendedores vítimas de fraude em processos de registro na JUCERJA, assessoramento previdenciário para aquisição de benefícios socioassistenciais, entre outros.

Já o Aprendiz do Sucesso tem como objetivo realizar a capacitação em empreendedorismo de até 1.000 jovens e adultos de baixa renda, com idades entre 18 e 29 anos, moradores do Estado

do Rio de Janeiro. Nesse sentido, serão implantados até 25 núcleos de capacitação em diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro. A implantação dos Centros de Atendimento ao Empreendedor terá duração de 24 meses, enquanto o Aprendiz do Sucesso será executado em 12 meses.



Organização & Gestão

A área de Organização e Gestão presta assessoramento às Prefeituras e Câmaras Municipais, basicamente, na confecção de instrumentos normativos e orientadores dos seus respectivos funcionamentos, tendo como foco o aumento da eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação de serviços à população. A seguir, estão elencados os principais projetos realizados em 2023.

Instrumentos Normativos

A **Lei Orgânica Municipal – LOM** está para o Município como a Constituição Federal está para a União. A LOM é o instrumento que permite ao governo municipal se auto-organizar, norteando a vida da Administração local e visando ao bem-estar social e ao desenvolvimento local, assim como oferecendo ao Município instrumentos para enfrentar as transformações da cidade.

Por sua vez, o **Regimento Interno** deve manter estrita relação com a LOM, uma vez que essa é a norma disciplinadora do funcionamento do órgão legislativo e dos direitos e deveres dos parlamentares e partidos que compõem o Legislativo Municipal, visando a assegurar a efetiva operacionalização dos trabalhos legislativos.

Nesta linha, foi concluído o trabalho de revisão, atualização e ajustes dos referidos instrumentos junto à Câmara Municipal de Leopoldina, no Estado de Minas Gerais. A revisão teve como objetivo identificar as necessidades e propor novos textos, além de incorporar novos comandos de ordem jurídica de acordo com a realidade local, modernizando o processo da Casa Legislativa.

Também foram iniciados projetos de **Modernização Administrativa** nas Prefeituras de Sapucaia e Cachoeiras de Macacu, ambas no Rio de Janeiro, e de Mogi Mirim e Matão, em São Paulo.

Nas Prefeituras de Bertioga e de Praia Grande, ambas em São Paulo, tiveram início projetos de **Reestruturação Atuarial e Financeira do Regime Próprio de Previdência Social**, que procuram garantir a sustentabilidade do regime próprio de previdência social.

A elaboração de **Diagnóstico Jurídico e Funcional** propõe organizar uma descrição analítica da situação atual da relação jurídico-funcional estabelecida entre a organização municipal e seus servidores. O produto entregue se encarrega de fornecer seção propositiva, contendo a apresentação de recomendações técnicas, legais e estratégicas para orientar a solução dos problemas encontrados.

A análise é ancorada no governo municipal e seus servidores, no quadro de pessoal da Prefeitura, bem como nos órgãos da administração indireta do Município. O relatório final serve de subsídio para os demais projetos de assessoramento que venham a ser feitos pelo IBAM.

As Prefeituras de Angra dos Reis, de Armação dos Búzios e de Teresópolis, todas no Rio de Janeiro, contrataram esta modalidade de assessoramento. Em São Paulo, foi concluído o Diagnóstico Jurídico-Funcional, da Guarda Civil Municipal e do Magistério Público de Bertioga. Também na Câmara de Tatuí, em São Paulo, foi realizado o Diagnóstico Situacional Fático.

Os **Planos de Lotação** visam proporcionar às unidades administrativas da Prefeitura Municipal os elementos básicos para o estabelecimento de sua adequada lotação, determinando a necessidade de servidores efetivos por unidade administrativa e por categoria funcional, bem como dimensionar a força de trabalho com a qual a Prefeitura deverá contar para a realização plena das suas atividades.

Além das referidas ações, foi iniciado o Projeto de **Plano de Lotação** da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro.

Os trabalhos, cujo foco é a reestruturação organizacional, pretendem promover novos modelos organizacionais e adaptar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das reivindicações da população, dos objetivos e dos programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade local, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Destaca-se, ainda, que, durante o processo de execução do **Projeto de Reestruturação Administrativa**, é feita a comparação dos gastos com os atuais cargos em comissão e as funções gratificadas da atual estrutura administrativa diante da nova estrutura proposta.

A partir desses objetivos, o Instituto concluiu os trabalhos nas Prefeituras de Cariacica, de Guaçuí e de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, de Natividade, no Rio de Janeiro, e na Câmara de Tatuí, em São Paulo, dando início, na Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, projeto da mesma natureza.

As Prefeituras de Armação dos Búzios e de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, também permaneceram, no ano de 2023, com o assessoramento do IBAM, em igual campo de trabalho.

A Prefeitura de Matão/SP contratou o IBAM para **Treinamento e Assessoramento nas Regulamentações e Continuidade da Implantação da Estrutura Administrativa**.

As Prefeituras de Angra dos Reis/RJ e de Armação dos Búzios/RJ deram sequência ao processo de elaboração do Projeto de **Estatuto dos Servidores**, cuja finalidade é: rever a atual legislação estatutária dos Municípios para suprimir as falhas porventura existentes, incorporar os comandos trazidos pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20/98, 25/00 e 103/19 e incluir novos direitos que traduzem as práticas sociais adotadas recentemente no país, na direção de atender aos princípios e aos preceitos que regem a moderna Administração Pública, bem como redefinir os parâmetros da relação jurídica do Governo Municipal com seu corpo de servidores.

Além das ações anteriormente expostas, foi concluído o assessoramento técnico na elaboração do Projeto de Estatuto dos Servidores Públicos Municipais para as Prefeituras de Cabo Verde, em Minas Gerais, de Cariacica, de Guaçuí, de Venda Nova do Imigrante e de Marataízes, no Espírito Santo, e de Natividade, no Rio de Janeiro.

O Instituto desenvolveu projetos em diferentes estágios para as Guardas Civis Municipais de Bertoga e de Campo Limpo Paulista, ambas em São Paulo e, de Marataízes, no Espírito Santo, mantendo, inclusive, o assessoramento para a elaboração dos **Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistemas de Avaliação de Desempenho**.

No Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura de Angra dos Reis e os entes municipais de Casimiro de Abreu – Águas de Casimiro, Fundação Cultural, Guarda Municipal e Instituto de Previdência – continuam sendo assessorados pelo IBAM, no que concerne à elaboração dos respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Em processo de execução, citamos o projeto de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Geral das Prefeituras Municipais de: Campo Limpo Paulista, no estado de São Paulo; Bom Jesus do Itabapoana, Casimiro de Abreu, Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro; Cabo Verde, em Minas Gerais; e Guaçuí, no Espírito Santo, bem como o Plano dos

Profissionais da Área da Saúde de Teresópolis/RJ, além da Guarda Civil Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ.

O Instituto finalizou, ainda, o assessoramento técnico relativo ao Projeto de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para as Prefeituras de: Cariacica, Marataízes, Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo; Natividade, no Rio de Janeiro, bem como das Câmaras de Içara, em Santa Catarina, e de Tatuí, além da Centrais de Abastecimento de Campinas – CEASA, em São Paulo, com assessoramento do IBAM para a Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Os entes municipais que optam pela elaboração dos projetos de Cálculo do Impacto Financeiro dos novos Planos poderão contar com o assessoramento do IBAM.

A Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ contratou o IBAM para a elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, e a Prefeitura de Matão/SP, para Treinamento e Assessoramento nas Regulamentações e Continuidade da Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Plano de Desenvolvimento e Progressão na Carreira.

Na área de Educação, que conta com Estatuto, Plano de Carreira e Sistema de Avaliação de Desempenho próprios, a atuação do IBAM abrange todo este conjunto de instrumentos. As Prefeituras de Natividade e de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, e de Hortolândia, em São Paulo, contrataram o IBAM para a elaboração das respectivas legislações sobre gestão de pessoas.

Os Projetos de **Plano do Magistério** municipal foram elaborados para Caruaru, em Pernambuco, e em Marataízes e Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo. Em Guaçuí, também no Espírito Santo, e em Bertioga, São Paulo, trabalho de igual teor está em andamento.

Concursos Públicos e Processos Seletivos

O assessoramento na realização de **Concursos Públicos** e dos **Processos Seletivos**, os quais incluem a realização de todas as etapas do certame, é o resultado dos muitos anos de experiência do Instituto. Para os gestores do Instituto, os concursos têm como principal objetivo o preenchimento de posições especializadas para os novos serviços públicos implementados, além da recomposição dos quadros, muitas vezes, esvaziados pelos processos de aposentadoria.

Dessa forma, os certames realizados têm como principal responsabilidade a captação de profissionais aptos e preparados para aplicar os conhecimentos técnicos necessários, realizando, com competência, a prestação dos serviços a que são destinados.

O quadro a seguir indica concursos os públicos e os processos seletivos realizados.

RELAÇÃO DOS CONCURSOS REALIZADOS

Cliente	Edital nº	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 01/2023	44	6.604
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 02/2023	08	2.421
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 03/2023	02	285
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 04/2023	01	246
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 05/2023	01	35
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 06/2023	05	140

Cliente	Edital nº	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – SP	CP Edital 07/2023	02	711
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista – SP	CP Edital 01/2023	02	391
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 02/2023	18	1.876
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 03/2023	39	268
Prefeitura Municipal de Bertioga – SP	CP Edital 01/2023	01	6.532
Prefeitura Municipal de Bertioga – SP	CP Edital 02/2023	42	11.210
Prefeitura Municipal de Bertioga – SP	CP Edital 03/2023	05	794
Prefeitura Municipal de Bertioga – SP	CP Edital 04/2023	01	342
Prefeitura Municipal de Cubatão – SP	CP Edital 01/2023	01	178
Prefeitura Municipal de Cubatão – SP	CP Edital 02/2023	01	1.311
Prefeitura Municipal de Cubatão – SP	CP Edital 03/2023	02	95
Prefeitura Municipal de Cubatão – SP	CP Edital 04/2023	02	6.685
Prefeitura Municipal de Guaxupé – MG	PSS Edital 02/2023	01	116
Prefeitura de Casimiro de Abreu – RJ	(CP Edital 01/2022	04	2.327
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Caruaru – PE (CARUARUPREV)	CP Edital 01/2023	02	484
Autorarquia de Urbanização e Meio Ambiente de Caruaru – PE (URB-CARUARU)	CP Edital 01/2023	08	1.122
Prefeitura Municipal de Caruaru – PE	CP Edital 01/2023	10	27.030
Prefeitura Municipal de Caruaru – PE	CP Edital 02/2023	03	7.890
Prefeitura Municipal de Caruaru – PE	CP Edital 03/2023	01	380
Câmara Municipal de Correia Pinto – SC	CP Edital 01/2023	03	159
Prefeitura Municipal de Indaial – SC	CP Edital 01/2023	49	3.507
Prefeitura Municipal de Indaial – SC	CP Edital 02/2023	33	2.897
Prefeitura Municipal de Piçarras – SC	PS Edital 01/2023	40	895
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro CAU-RJ	CP Edital 01/2023	03	2.854
Câmara Municipal de Lages – SC	CP Edital 01/2023	02	460
Prefeitura Municipal de Lages – SC	CP Edital 01/2023	68	8.228
Prefeitura Municipal de Lages – SC	CP Edital 02/2023	12	3.287
Prefeitura Municipal de Lages – SC	CP Edital 03/2023	01	410
Prefeitura Municipal de Lages – SC	CP Edital 04/2023	63	1.848
Prefeitura Municipal de Lages – SC	PS Edital 03/2023	44	3.273
Prefeitura Municipal de Lages – SC	PS Edital 04/2023	28	698
Prefeitura Municipal de Lages – SC	PS Edital 05/2023	18	765
Prefeitura Municipal de Fraiburgo – SC	CP Edital 01/2023	16	1.101
Prefeitura Municipal de Fraiburgo – SC	PS Edital 01/2023	01	83

Cliente	Edital nº	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras – SC	CP Edital 01/2023	25	2.137
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras – SC	CP Edital 02/2023	03	30
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras (IPRESP) – SC	CP Edital 01/2023)	04	708
Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC	PS Edital 01/2023	73	475
Câmara Municipal de Nova Erechim – SC	PS Edital 01/2023	02	36
Prefeitura Municipal de Nova Erechim – SC	CP Edital 01/2023)	34	700
Prefeitura Municipal de Penha – SC	CP Edital 01/2023	25	3.212
Prefeitura Municipal de Penha – SC	CP Edital 02/2023	03	54
Prefeitura Municipal de Barra Velha – SC	PS Edital 07/2023	47	974
Prefeitura Municipal de Caçador – SC	CP Edital 01/2023	01	1.064
Prefeitura Municipal de Guanambi – BA	CP Edital 01/2023	03	3.365
Prefeitura Municipal de Guanambi – BA	CP Edital 02/2023	58	7.409
Prefeitura Municipal de Japeri – RJ	CP Edital 01/2023	20	30.701
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia – RJ	CP Edital 01/2023)	12	21.330
Prefeitura Municipal de Japeri – RJ	CP Edital 02/2023	05	468
Prefeitura Municipal de Caruaru – PE	CP Edital 04/2023	04	1.129
Prefeitura Municipal de São Lourenço – MG	CP Edital 01/2023	31	7.890
Prefeitura Municipal de Guaxupé – MG	CP Edital 01/2023	68	7491
Prefeitura Municipal de Caxambu – MG	CP Edital 01/2023	38	2.777
Prefeitura Municipal de Extrema – MG	CP Edital 01/2023	18	6.575
Câmara Municipal de Capitólio – MG	CP Edital 01/2023	05	212
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 01/2023	01	2.250
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 02/2023	18	1.876
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 03/2023	39	268
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 04/2023	10	4.350
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 05/2023	02	974
Prefeitura Municipal de São Vicente – SP	CP Edital 06/2023	30	8.866
Prefeitura Municipal de Mauá – SP	CP Edital 01/2023	19	4.438
Prefeitura Municipal de Mauá – SP	PS Edital 01/2023	13	4.522
Prefeitura Municipal de Mauá – SP	PSS Edital 01/2023	01	1.507
Prefeitura Municipal de Catanduva – SP	PS Edital 02/2023	01	114
Prefeitura Municipal de Pindorama – SP	PS Edital 01/2023	01	89
Prefeitura Municipal de Pindorama – SP	CP Edital 01/2023	01	76
Prefeitura Municipal de Pindorama – SP	CP Edital 02/2023	06	469
Prefeitura Municipal de Pindorama – SP	CP Edital 03/2023	43	1.859

Cliente	Edital nº	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Pindorama – SP	CP Edital 04/2023	01	25
Prefeitura Municipal de Boituva – SP	CP Edital 01/2023	01	2.192
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	PS Edital 01/2023	04	349
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	PS Edital 02/2023	15	519
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	CP Edital 01/2023	25	2.216
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	CP Edital 02/2023	19	1.589
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	CP Edital 03/2023	33	64
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	CP Edital 04/2023	01	224
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SP	CP Edital 05/2023	03	465
Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP	CP Edital 01/2023	01	6.952
Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP	CP Edital 02/2023	13	219
Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP	CP Edital 03/2023	01	27
Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP	CP Edital 04/2023	09	4.027
Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP	PS Edital 02/2023	13	3.715
Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista – SP	CP Edital 01/2023	13	520
Prefeitura Municipal de Capela do Alto – SP	CP Edital 01/2023	35	2.291
Prefeitura Municipal de Capela do Alto – SP	CP Edital 02/2023	02	338
Prefeitura Municipal de Capela do Alto – SP	CP Edital 03/2023	01	332
Prefeitura Municipal de Cajati – SP	CP Edital 01/2023	56	5.100
Prefeitura Municipal de Cajati – SP	CP Edital 02/2023	06	828
Prefeitura Municipal de Cajati – SP	CP Edital 03/2023	02	86
Prefeitura Municipal de Cajati – SP	CP Edital 04/2023	01	89
Prefeitura Municipal de Atibaia – SP	CP Edital 01/2023	47	12.432
Prefeitura Municipal de Atibaia – SP	CP Edital 02/2023	07	3.719
Prefeitura Municipal de Atibaia – SP	CP Edital 03/2023	01	3.277
Prefeitura Municipal de Atibaia – SP	CP Edital 04/2023	01	643
Prefeitura Municipal de Atibaia – SP	CP Edital 05/2023	05	26
Prefeitura Municipal de Atibaia – SP	CP Edital 06/2023	23	7.316
PRODESAN Santos – SP	PS Edital 02/2023	06	134
Prefeitura Municipal de São Sebastião – SP	CP Edital 01/2023	01	3.829
Prefeitura Municipal de Capivari – SP	CP Edital 01/2023	05	255
Prefeitura Municipal de Capivari – SP	CP Edital 02/2023	01	2.787
Prefeitura Municipal de Capivari – SP	CP Edital 03/2023	03	111
Prefeitura Municipal de Capivari – SP	CP Edital 04/2023	01	79
Prefeitura Municipal de São Sebastião – SC	CP Edital 01/2023	01	215

Cliente	Edital nº	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Otacílio Costa – SC	PS Edital 16/2023	28	567
Prefeitura Municipal de Fraiburgo – SC	PS Edital 19/2023	18	659
Prefeitura Municipal de Fraiburgo – SC	PS Edital 20/2023	53	390
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo (SANEFRAI) – SC	PS 06/2021	08	54
Câmara Municipal de Balneário Rincão – SC	CP Edital 01/2023	02	104
Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu – RJ	CP Edital 01/2023	05	1.573
Câmara Municipal de Cabo Frio – RJ	CP Edital 01/2023	09	12.116
Câmara Municipal de Maricá – RJ	CP Edital 01/2023	06	8.749
Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu – RJ	CP Edital 02/2023	01	1.154
Prefeitura Municipal de Boa Esperança – MG	CP Edital 01/2023	02	450
Instituto de Previdência de Ilha Solteira – SP – IPREM	CP Edital 01/2023	01	50
Instituto de Previdência de Ilha Solteira – SP – IPREM	CP Edital 02/2023	02	200
Prefeitura Municipal de Guaxupé – MG	PS Edital 01/2023	09	279
Câmara Municipal de São Lourenço – MG	CP Edital 01/2023	02	Em andamento
Prefeitura Municipal de São José dos Campos – SP	CP Edital 02/2023	09	Em andamento

Legenda: CP - Concurso Público | PS - Processo Seletivo

Gestão de ISSQN

A metodologia para a **Gestão do ISSQN**, desenvolvida pelo IBAM, esteve presente em todas as regiões do país, sendo utilizada em mais de 70 Municípios de pequeno, médio e grande porte, além de algumas capitais estaduais, proporcionando transparência na relação com o contribuinte e otimização das ações fiscais, a partir da utilização de ferramentas tecnológicas, gestão da informação com inteligência fiscal e melhoria da arrecadação do ISSQN.

Entre as prioridades dos gestores municipais está o fortalecimento da capacidade institucional do governo, no que se refere à melhoria da arrecadação tributária, os quais buscam, para tanto, investir em tecnologias para minimizar a dependência em relação aos repasses federais e estaduais, oferecendo serviços de qualidade e transparência na aplicação dos recursos aos cidadãos. Diante disso, os Municípios encontram no IBAM o apoio necessário, ofertado por meio de metodologia para a gestão do ISSQN, incrementando essa importante fonte de receita própria.

Importante ressaltar, ainda, que essa metodologia representa o aperfeiçoamento da cultura cidadã, no que diz respeito ao papel do contribuinte para as ações governamentais e ao seu consequente monitoramento pela sociedade.

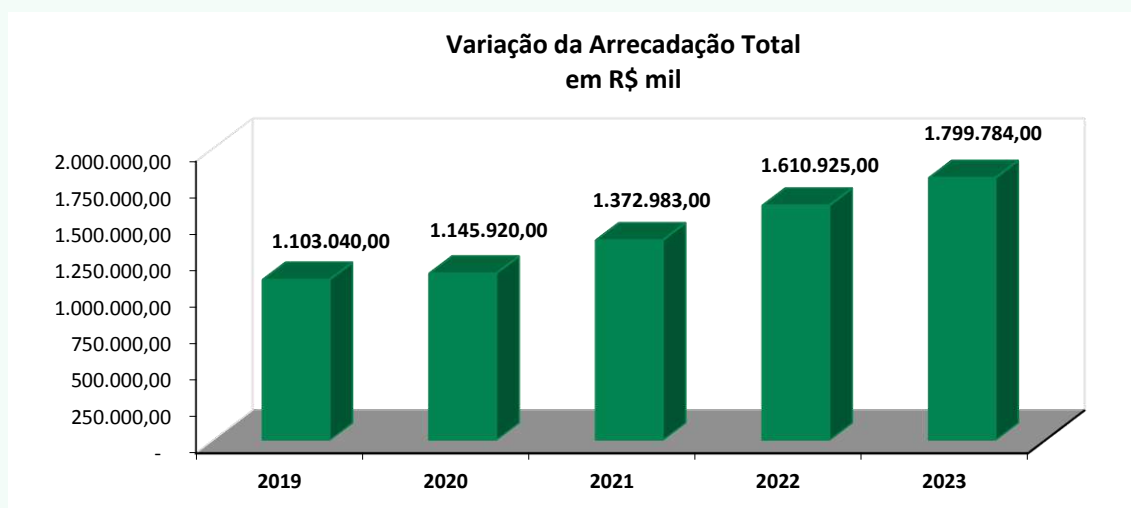
Em 2023, nos Municípios que se utilizaram de nossa sistemática, mais de 230 mil contribuintes cadastrados no Sistema foram responsáveis pela emissão de cerca de 32 milhões de documentos fiscais entre NFS-e (Nota Fiscal de Serviços – eletrônica) e o RANFS® – Recibo Auxiliar da Nota

Fiscal de Serviços, gerando arrecadação do ISSQN superior a 2,1 bilhões de reais, representando um acréscimo superior a 12% em relação a 2022.

As ferramentas eletrônicas que suportam a metodologia são:

- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e;
- Gestão do imposto dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Registro Auxiliar da Nota Fiscal de Serviços – RANFS®;
- Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras – DES-IF;
- NFS-e mobile;
- Módulo de Gestão dos Arquivos SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
- Módulo de Fiscalização;
- Módulo de Construção Civil – RECOM® – Registro Eletrônico de Construtoras, Obras e Materiais.

Os dados apresentados no gráfico a seguir evidenciam a eficácia da metodologia disponibilizada.





UM OLHAR INTRAORGANIZACIONAL

“No dia 5 de dezembro, formalizou-se a transição na Superintendência Geral: Claudia Ferraz assumiu o cargo anteriormente exercido por Paulo Timm.”

IBAM tem nova Superintendente Geral

Realizou-se, no dia 5 de dezembro, no salão da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a formalização da substituição do então Superintendente Geral, Paulo Timm, por Claudia Ferraz, que passa a exercer o mandato de quatro anos.

Compareceram ao ato membros da Assembleia Geral, colaboradores permanentes do IBAM, ex-funcionários, consultores e os amigos do Instituto, sendo a cerimônia dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração da entidade, Edvaldo Brito.

Paulo Timm relembrou sua carreira no IBAM, comentando momentos importantes de sua gestão especialmente aqueles que reorientaram as ações do Instituto mantendo preservada a missão e a identidade organizacional. Agradeceu a contribuição de toda a equipe da instituição.

Em continuidade, Claudia Ferraz proferiu seu discurso, cujo conteúdo englobou, entre outros temas, os cerca de trinta anos de atuação no IBAM, os cargos ocupados e os projetos importantes dos quais participou. Durante o ato, Claudia Ferraz reafirmou, ainda, seu compromisso diante das novas responsabilidades, ressaltando todo o apoio recebido por parte dos colegas de todos os segmentos do Instituto e apresentou perspectivas sobre o futuro da organização.

Durante a cerimônia, o Presidente do Conselho de Administração usou da palavra para ressaltar a importância que tem o IBAM em seu campo de atuação, agradecendo a presença de todos. Ato contínuo, escolheu pessoas representativas para homenagear em nome do Instituto, salientando a dedicação do gestor que encerra o mandato e desejando votos de sucesso à nova Superintendente Geral. Encerrando sua fala, o Presidente do Conselho de Administração fez referências à importância dispensada aos Municípios, os quais são o foco do IBAM.

Aperfeiçoamento da equipe

O IBAM apoia o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, conforme a listagem a seguir, que traz os participantes dos cursos.

- Bernardo Mercante Marques, doutorando em Urbanismo pela CAPES 6, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- Herculis Pereira Tolêdo, pós-doutorando júnior do CNPQ, por meio do INCT PROPRIETAS Rio.
- Leonardo Mello, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE.
- Luciana Hamada, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- Louise Storni, doutoranda pelo Programa de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.
- Marcia Costa, doutoranda no Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Comunicação Organizacional

Na dinâmica do Instituto, as ações de comunicação organizacional visam não somente a atender às demandas internas, mas, também, promover uma comunicação eficiente com o público externo. Por meio das redes sociais, o IBAM mantém presença ativa e interativa, compartilhando informações relevantes sobre concursos públicos, cursos, orientações e eventos importantes. Essa estratégia permite que a comunidade em geral, os beneficiários das diversas iniciativas institucionais e os candidatos aos concursos tenham acesso direto a informações essenciais, fortalecendo a transparência e o engajamento com a instituição.

Além disso, no caso dos concursos, utilizam-se vídeos informativos para abordar perguntas frequentes relacionadas. Os vídeos são produzidos com o auxílio de Inteligência Artificial – IA, garantindo respostas precisas e rápidas às dúvidas mais comuns dos candidatos. Paralelamente, uma seção de FAQ – *Frequent Asked Questions*, em texto, também gerenciada pela IA, oferece uma alternativa acessível para aqueles que preferem informações por escrito, garantindo uma comunicação inclusiva e eficaz para todos os públicos.

Essas iniciativas de comunicação organizacional, que abrangem tanto redes sociais quanto vídeos e textos de FAQ com Inteligência Artificial, reforçam o compromisso do IBAM com a transparência, a acessibilidade e a excelência na comunicação com o público externo. Ao fornecer, por exemplo, informações claras e precisas sobre os concursos públicos municipais, o IBAM facilita o processo para os candidatos e fortalece sua reputação como uma instituição comprometida com a promoção da igualdade de oportunidades e a eficiência na Administração Pública.

Redes Sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn)

Instagram

Em 2023, as estratégias de comunicação no Instagram foram impulsionadas pela busca por engajamento visual e pela interação direta com uma audiência mais jovem e vibrante. Com um crescimento significativo, mais de 20 mil seguidores, as postagens são cuidadosamente planejadas para oferecer conteúdo visualmente atraente, incluindo fotos de alta qualidade, vídeos curtos e *stories* dinâmicos. O objetivo é construir uma comunidade ativa e engajada, aproveitando ao máximo as tendências e os recursos exclusivos da plataforma, com vistas a aumentar o reconhecimento da marca e promover uma interação significativa com os seguidores.

Facebook

No *Facebook*, plataforma na qual a página do Instituto registra um alcance de mais de 4 mil seguidores, as estratégias de comunicação se concentram em fornecer conteúdo informativo e envolvente para uma audiência diversificada. Postagens variadas, desde artigos educativos até atualizações sobre eventos, são elaboradas para gerar interação e despertar o interesse dos seguidores. Além disso, são promovidas discussões construtivas, por meio de perguntas, enquetes e respostas às dúvidas dos seguidores, mantendo-se, assim, um diálogo aberto e ativo com a comunidade *on-line*.

LinkedIn

No *LinkedIn*, cuja comunidade conta com mais de 2 mil seguidores, as estratégias de comunicação são direcionadas à audiência profissional e corporativa. O foco está em fornecer conteúdo relevante, como análises de tendências, *insights* do setor e oportunidades de *networking*, capazes de agregar valor aos profissionais em busca de desenvolvimento de carreira e atualização profissional.

Acompanhe, a seguir, algumas divulgações em nossas redes.

Dia	Dia	Texto Explicativo
Cursos	 A imagem mostra um cartaz para um curso em Maricá. No topo, o texto diz "Curso em Maricá". Abaixo, há uma foto de um grupo de pessoas em um ambiente de sala de aula ou reunião. O título principal do curso é "Gestão Cultural – Captação e Gestão de Incentivos". No canto inferior esquerdo, há o logo da itom e o endereço eletrônico www.itom.org.br.	<p>Este curso atende uma demanda de servidores e agentes culturais locais e tem como objetivo debater temas como: Política, Gestão Cultural e Economia Criativa, Mecanismos de Fomento no Município, Leis Rouanet e Paulo Gustavo.</p>
Consultoria Jurídica	 A imagem é um cartaz com fundo laranja. No topo, o texto pergunta "Você sabia?" acompanhado de ícones de interrogação. Abaixo, dentro de uma nuvem de pensamento, está o texto: "No primeiro semestre de 2023, tivemos 7.767 downloads em nosso banco de dados". No canto inferior esquerdo, há o texto "Associação" e no inferior direito, o logo da itom.	<p>Números da Consultoria Jurídica</p>
Datas comemorativas	 A imagem é um cartaz comemorativo. No topo, indica a data "21 de setembro". O título principal é "Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência". Abaixo, há uma ilustração de quatro pessoas com diferentes tipos de deficiência: uma em uma cadeira de rodas, um com uma bengala, um com um cão guia e um com uma bengala amarela. No canto inferior esquerdo, há o logo da itom.	<p>O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência foi instituído por meio da Lei nº 11.133/2005, com objetivo de conscientizar sobre a importância do desenvolvimento de meios de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.</p>

Dia	Dia	Texto Explicativo
Publicações		<p>Trata-se de uma edição especial, que busca contribuir com os eventos de celebração dos 60 anos do I Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis/RJ, sob a liderança do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil.</p>
Concursos públicos		<p>Você sabia que o IBAM é reconhecido por ser o parceiro de excelência na realização de concursos públicos para prefeituras e câmaras municipais? Nossa atuação é pautada pela expertise, que começa na análise criteriosa da legislação pertinente e se estende por todo o processo até a consolidação dos resultados finais.</p>
Nova Superintendente		<p>Realizou-se, no dia 5 de dezembro, no salão da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a formalização da substituição do então Superintendente Geral, Paulo Timm, por Claudia Ferraz, que passa a exercer o mandato de quatro anos.</p>
Assistência Social		<p>Realizada no auditório do Windsor Guanabara Hotel, o encontro tem como objetivo discutir políticas públicas e novos horizontes para o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS.</p>

Dia	Dia	Texto Explicativo
<p>Novo site do IBAM</p>		<p>IBAM no mesmo endereço, mas com nova roupagem. Visite o site e fique atualizado sobre as abordagens inovadoras para a gestão municipal.</p>
<p>Planejamento Urbano</p>		<p>Comprometido com o desenvolvimento, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM tem desbravado os desafios urbanos há anos, guiando municípios na elaboração e na implementação de seus Planos Diretores.</p>

Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVO			PASSIVO		
	2023	2022		2023	2022
CIRCULANTE	15.367.603,02	13.286.887,61	CIRCULANTE	6.614.847,72	4.277.800,59
CAIXA / BANCO C/ MOVIMENTO	6.851.630,46	2.232.497,36	FORNECEDORES	2.663.628,91	1.017.367,64
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	-	-	SALÁRIOS A PAGAR	327.795,88	436.332,86
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.475.151,71	1.107.245,14	ENCARGOS DIVERSOS A RECOLHER	133.227,73	94.432,90
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CTA VINCULADA	214.329,57	10.373,52	IR E OUTRAS RETENÇÕES A RECOLHER	176.541,80	197.366,29
CONTAS A RECEBER	3.665.777,46	3.967.498,78	OUTROS CONTAS A PAGAR	-	-
Convênios e Contratos	3.858.713,12	4.176.314,51	CRÉDITOS VINCULADOS A PROJETOS	214.329,57	10.373,52
Créditos de Liquidação Duvidosa	(192.935,66)	(208.815,73)	EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	34.949,04	217.742,05
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	28.172,00	28.172,00	PROVISÕES	3.064.374,79	2.304.185,33
ESTOQUES	295.391,67	210.819,87			
DESPESAS ANTECIPADAS	90.869,66	82.597,10			
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	2.746.280,49	5.647.683,84			
NÃO CIRCULANTE	4.815.791,94	5.092.268,90	NÃO CIRCULANTE	-	-
INVESTIMENTOS	-	-			
IMOBILIZADO	4.815.791,94	5.092.268,90	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.568.547,24	14.101.355,92
Imóveis, Equipam. e Instalações	6.559.639,08	6.559.639,08	PATRIMÔNIO SOCIAL	14.101.355,92	14.316.835,68
Móveis, Veículos e outras imobilizações	960.349,57	960.349,57	AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	(997.599,97)	-
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(2.704.196,71)	(2.427.719,75)	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	464.791,29	(215.479,76)
TOTAL DO ATIVO	20.183.394,96	18.379.156,51	TOTAL DO PASSIVO	20.183.394,96	18.379.156,51

Claudia Pedreira do Couto Ferraz
Superintendente Geral
OAB: 127242
CPF: 766.927.797-15

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC/RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	dez/23	dez/22
RECEITAS OPERACIONAIS	55.321.440,25	41.755.858,38
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	55.321.440,25	41.755.858,38
Contratos e Outros	55.006.886,26	41.197.644,68
Convênios	55.300,00	221.000,00
Cursos e Seminários	259.253,99	337.213,70
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	160.723,87	142.781,66
Livraria	-	-
Aplic.Financeiras - Automaticas	33.346,59	8.805,39
Aplic.Financeiras - Investimentos	126.730,83	132.938,61
Outras Receitas	646,45	1.037,66
TOTAL RECEITA	55.482.164,12	41.898.640,04
CUSTOS DOS PROJETOS	51.593.454,69	39.077.800,93
Projetos Filantropicos	27.781.687,30	21.284.867,23
Outros Projetos	23.811.767,39	17.792.933,70
DESPESAS OPERACIONAIS	3.423.918,14	3.036.318,87
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.423.918,14	3.036.318,87
Pessoal	735.152,67	668.320,61
Encargos Sociais e Trabalhistas	514.606,87	467.824,43
Benefícios	474.415,65	431.286,95
Serviços de Terceiros	186.533,57	269.575,97
Despesas Gerais	105.727,58	299.838,40
Manutenção e Conservação	66.444,02	60.403,65
Viagens Institucionais	35.176,13	31.978,30
Financeiras	1.029.384,69	521.376,32
Depreciação do Imobilizado	276.476,96	285.714,24
TOTAL DESPESA	55.017.372,83	42.114.119,80
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	464.791,29	(215.479,76)

Claudia Pedreira do Couto Ferraz
Superintendente Geral
OAB : 127242
CPF : 766.927.797-14

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC/RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

